

# Caderno de Questões



## Prefeitura Municipal de Capim/PB

CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROVIMENTO DO CARGO DE

**ASSISTENTE  
JURÍDICO**

Nome do candidato

**Você recebeu do fiscal este Caderno de Questões da prova objetiva:**

1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao fiscal da sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores;
2. Para cada questão existe apenas UMA única alternativa adequada.
3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de 01 (uma) hora após o início da prova.
4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento do cartão-resposta.
5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu cartão-resposta.
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente caderno de questões não serão considerados na avaliação.
7. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o cartão-resposta e o caderno de questões devidamente assinados, não sendo permitido destacar folhas do caderno de questões.
8. Saia do prédio em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas.

**O candidato estará sujeito à eliminação do concurso nas seguintes situações:**

1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo o caderno de questões da prova objetiva e/ou o cartão-resposta.
2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie;
3. Comunicar-se com qualquer outro candidato;
4. Deixar de assinar o cartão-resposta.
5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do fiscal de sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso.

**Divulgação das provas e do gabarito preliminar:**

A prova e o gabarito preliminar serão divulgados nos prazos assinalados no edital do concurso no seguinte endereço eletrônico: [www.facetconcursos.com.br](http://www.facetconcursos.com.br)



**CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROVIMENTO DO CARGO DE****ASSISTENTE JURÍDICO****PORTUGUÊS**

Leia o texto abaixo e, em seguida, responda às questões pertinentes:

**A coisa está branca**  
(Ferreira Gullar)

Embora todo mundo já tenha escrito sobre a tal cartilha que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou meter o bedelho no assunto. Vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não, mas querer nos ensinar que pega mal usar expressões como “farinha do mesmo saco” indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da palavra politicamente incorreta).

Essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora. Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como “judiação” ou “judiar”, sob o argumento de que são expressões antisemitas. Bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus, e sim a Judas Iscariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia. Judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas.

Outra expressão que a ignorância rancorosa considera insulto racista é “a coisa está preta”, que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades. Assim, quando alguém pressente que as coisas estão se complicando, usa aquela expressão. Pois acreditem vocês que um conhecido meu, pessoa talentosa, me disse que em sua casa está proibido dizer “a coisa está preta”; lá se diz “a coisa está branca”! Pode?

Essa cartilha – que o governo promete consertar, como se tal coisa tivesse conserto – pode abrir caminho para restrições à liberdade de expressão, se não em termos de lei, por induzir pais de família e professores a discriminar textos literários ou jornalísticos e, conseqüentemente, seus autores. No que me toca, já estou de orelhas em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!) cujo título é *Dr. Urubu e suas fábulas*. Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: “Doutor urubu, a coisa está preta”.

Temo ser levado ao tribunal da Inquisição por incorrer em duplo delito, pois, além de usar a expressão condenada, ainda dou a entender que a

frase alude à cor negra da ave, e logo que ave! Um urubu, bicho repugnante, que só come carniça! Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto? Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao fanatismo desvaierado, em que pesem as exceções.

Exagero? Pode ser, mas, se exagero, é de propósito, para pôr à mostra o que há de perigoso e burro nesses defensores do politicamente correto, porque, se não há o perigo da fogueira, há o perigo do império da burrice ir tomando conta do país. E tudo devidamente enfeitado de boas intenções.

Sim, porque, conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas... Até os comunistas foram beneficiados sob o pretexto de terem sido vítimas de graves calúnias. Não sei se a Secretaria de Direitos Humanos acha natural chamar os outros de fascistas ou nazistas; quanto a acoimá-los de vigaristas, creio que não, pois isso ofenderia os vigários em geral. Não posso afirmar se a cartilha resguarda também a suscetibilidade dos chifrudos, dos pançudos, dos narigudos, dos cabeludos e dos cabeçudos; dos pirocudos, acredito que não, pois isso é tido como elogio. Mas e as moças de pouca bunda e poucos seios (do tipo Gisele Bündchen), que o pessoal apelida de “tábua”? E os gorduchos, apelidados de “bolão”? Os magricelas, de “espeto”? E os baixotes, chamados de “meia porção”? Isso sem falar num respeitável senador da República a quem seus confrades – acredito que sem malícia – apelidaram de “lapiseira”.

Estou de acordo com que não se deva tratar pessoa nenhuma por apelidos depreciativos. Por exemplo, num papo com Bin Laden, eu teria a cautela de não chamá-lo de terrorista, especialmente se ele estivesse acompanhado de um homem-bomba. Do mesmo modo agiria com o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de “Lalau”, embora certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito.

Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos. Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes irônicas, sarcásticas ou simplesmente engraçadas. Criam modos de dizer inusitados, apelidos, ditos, tiradas, que nos divertem e enriquecem o nosso falar

cotidiano. E que falar assim é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal) que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura.

Aliás, para terminar, sugiro que mudem os nomes de certos insetos, como barata, formiga e piolho, por coincidirem lamentavelmente com os sobrenomes de algumas respeitáveis famílias brasileiras.

15.5.2005.

Gullar, Ferreira. *A alquimia na quitanda: artes, bichos e barulhos nas melhores crônicas do poeta*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

1. Considerado em sua estrutura compositiva, o texto, predominantemente, é:

- Ⓐ narrativo
- Ⓑ descritivo
- Ⓒ argumentativo
- Ⓓ científico
- Ⓔ panfletário

2. Marque a alternativa que traz o foco narrativo do texto:

- Ⓐ primeira pessoa do singular
- Ⓑ primeira pessoa do plural
- Ⓒ segunda pessoa do singular
- Ⓓ terceira pessoa do singular
- Ⓔ terceira pessoa do plural

3. Aponte a alternativa que apresenta o tema central focalizado pelo texto:

- Ⓐ Falar politicamente correto é uma necessidade imperativa para o aperfeiçoamento da linguagem humana.
- Ⓑ O idioma pode ser engessado pela imposição do falar politicamente correto e pela censura a expressões populares.
- Ⓒ A liberdade de expressão está devidamente contemplada numa cartilha produzida pelo governo federal.
- Ⓓ Para se expressar fluentemente é preciso falar politicamente correto.
- Ⓔ O humor, a graça e a leveza somente são admissíveis se a expressão estiver politicamente correta.

4. Uma **figura de linguagem** se evidencia com destaque no texto, e exerce uma função essencial na linha dissertativa construída ao longo da composição. Indique essa figura de linguagem:

- Ⓐ hipérbole
- Ⓑ eufemismo
- Ⓒ catacrese
- Ⓓ antítese
- Ⓔ ironia

A passagem a servir servirá de base para as próximas questões **05** e **06**:

“Embora todo mundo já tenha escrito sobre **a tal cartilha** que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou **meter o bedelho** no assunto.”

5. No tocante ao uso da expressão grifada “a tal”, numa referência à cartilha aludida no texto, é **CORRETO** afirmar o seguinte:

- Ⓐ O emprego da expressão agrega valorização ao termo referenciado.
- Ⓑ O uso da expressão assinala violação à expressão politicamente correta.
- Ⓒ Há indicação de enaltecimento do termo evidenciado.
- Ⓓ Há uma nítida marca irônica e depreciativa ao termo referenciado.
- Ⓔ O uso da expressão denota um desconhecimento em relação ao termo aludido.

6. Encontre um **verbo sinônimo** ou uma **locução verbal sinônima** para a expressão grifada “meter o bedelho”:

- Ⓐ opinar
- Ⓑ argumentar concordando
- Ⓒ intermediar julgando
- Ⓓ interferir
- Ⓔ interpelar

7. Releia e responda: “Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se **expurgassem** dos dicionários palavras como “judiação” ou “judiar”, sob o argumento de que são expressões antissemitas.” Entre os verbos a seguir especificados, apenas um **NÃO** pode ser considerado **sinônimo** do verbo destacado. Encontre-o:

- Ⓐ corrigir
- Ⓑ expulsar
- Ⓒ expelir
- Ⓓ purgar
- Ⓔ cristalizar

8. O título do texto faz referência significativa a uma expressão inserta no universo das chamadas “expressões politicamente corretas”. Marque a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto, em relação ao sentido contido no título:

- Ⓐ O título evidencia um trocadilho que indica um jogo de cores opostas, construído ao longo da composição.
- Ⓑ O título incursiona pelo sentido do dito popular, aduzindo, ironicamente, seu entendimento em relação à expressão do falar politicamente correto.
- Ⓒ O título sugere uma concordância do narrador com os termos ponderados por seu amigo.
- Ⓓ A expressão do título traz uma expressão sinônima precisa do dito popular.
- Ⓔ O adjetivo presente na expressão do título remete, apenas, ao preconceito racial.

9. Releia a passagem e responda: "Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto?" A respeito dessa declaração, podemos afirmar o seguinte:

- Ⓐ A ironia não é cabível, haja vista que foge inteiramente à linha argumentativa da composição.
- Ⓑ A inserção de uma ave – o urubu – acrescenta um elemento estranho ao texto, ensejando incoerência nas ponderações.
- Ⓒ O narrador brinca com as palavras e expressões e, num tom divertido, ironiza e dá leveza ao texto.
- Ⓓ Não faz qualquer sentido inserir o verbo "pintar", cujo campo semântico contrasta na estrutura compositiva.
- Ⓔ A admissibilidade de impotência do narrador atesta sua resignação com a força imponderável do dito em contrário.

10. Releia a passagem e responda: "**Doutor urubu**, a coisa está preta". Dê a função sintática do termo grifado:

- Ⓐ vocativo
- Ⓑ aposto
- Ⓒ adjunto adverbial
- Ⓓ adjunto adnominal
- Ⓔ sujeito

11. Releia e responda: "**Como** se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas,..." Identifique a relação de sentido que o conectivo sublinhado fixa com a construção antecedente:

- Ⓐ concessão
- Ⓑ finalidade
- Ⓒ oposição
- Ⓓ conformidade
- Ⓔ negação

12. Releia e responda: "Do mesmo modo agiria com o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de "Lalau", **embora** certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito." Classifique a conjunção destacada:

- Ⓐ aditiva
- Ⓑ explicativa
- Ⓒ final
- Ⓓ condicional
- Ⓔ concessiva

13. Releia e responda: "Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao **fanatismo desvairado**, em que pesem as exceções." Dê a função sintática do termo grifado:

- Ⓐ complemento nominal
- Ⓑ predicativo do sujeito
- Ⓒ predicativo do objeto
- Ⓓ objeto indireto
- Ⓔ agente da passiva

14. Releia e responda: "Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes **irônicas, sarcásticas** ou simplesmente **engraçadas**." Dê a classificação morfológica das palavras grifadas, apontando a classe gramatical a que pertencem:

- Ⓐ pronome
- Ⓑ substantivo
- Ⓒ adjetivo
- Ⓓ advérbio
- Ⓔ verbo

15. Releia e responda: "Outra expressão que a ignorância rancorosa considera **insulto racista** é "a coisa está preta",..." Qual é a função sintática do termo sublinhado?

- Ⓐ adjunto adnominal
- Ⓑ objeto direto
- Ⓒ objeto indireto
- Ⓓ aposto
- Ⓔ complemento nominal

#### ESPECÍFICA

16. Em seu artigo 2º, a Constituição Federal de 1988 notadamente adotou o modelo de tripartição dos poderes, sendo estes o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo tais poderes harmônicos e sem sobreposição de um em detrimento do outro. Segundo a doutrina, o mecanismo de garantia de harmonia entre os poderes, que consiste na ideia do controle do poder pelo próprio poder é:

- Ⓐ O controle de constitucionalidade difuso.
- Ⓑ O sistema de freios e contrapesos.
- Ⓒ O controle de constitucionalidade concentrado.
- Ⓓ A intervenção federal.
- Ⓔ O estado se sítio.

17. Sobre a responsabilidade civil do incapaz, é correto afirmar

- Ⓐ Será equitativa, não tendo lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- Ⓑ Será solidária e integral.
- Ⓒ Será subsidiária e integral.
- Ⓓ Será obrigado a ressarcir o dano que causar, independentemente da condição financeira de seus responsáveis.
- Ⓔ Será integral, não tendo lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

18. São condições de elegibilidade, na forma da lei, exceto:

- Ⓐ A nacionalidade brasileira.
- Ⓑ O pleno exercício dos direitos políticos.

- Ⓒ O alistamento eleitoral.
- Ⓓ O domicílio eleitoral na circunscrição
- Ⓔ Prescindibilidade de filiação partidária

**19.** Fernando, em pleno gozo de seus direitos políticos, com 30 anos de idade, decidiu se candidatar ao cargo de Senador da República pelo Estado da Paraíba. Por conta de suas convicções filosóficas, Fernando afirmou em uma entrevista numa rádio de João Pessoa, que não se filiaria a nenhum partido político, por ter incompatibilidade ideológica com todos, afirmando ainda, que este é o diferencial de sua campanha. Com base no relato acima, Fernando:

- Ⓐ Poderá concorrer ao cargo de Senador da República, desde que se filie a algum partido.
- Ⓑ Poderá concorrer ao cargo de Senador da República, visto que preenche todos os requisitos necessários.
- Ⓒ Não poderá concorrer ao cargo de Senador da República, por não preencher o requisito etário, além de não possuir filiação partidária.
- Ⓓ Poderá concorrer aos cargos de Senador ou Vice-presidente da República, mas não ao de Presidente.
- Ⓔ Não poderá concorrer aos cargo de Senador da República, por ausência de filiação partidária, sendo este o único requisito que falta preencher.

**20.** Acerca da revogação do ato administrativo, é correto afirmar o que se segue, exceto:

- Ⓐ A revogação não é propriamente uma invalidação, pois apenas se retira do mundo jurídico. Nela há a invalidação de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade.
- Ⓑ A revogação poderá ser expressa ou tácita. Ocorrendo a tácita quando a administração pratica um ato incompatível com o ato anteriormente praticado.
- Ⓒ Na revogação, a Administração apenas revê o seu julgamento acerca do mérito administrativo, e, portanto, só a Administração, via de regra, poderá rever o mérito administrativo.
- Ⓓ Conforme leciona a doutrina, a revogação consiste na possibilidade de a Administração Pública poder anular o ato administrativo, atentando aos critérios de conveniência e oportunidade.
- Ⓔ O STF entende que o Poder Judiciário também poderá rever o mérito administrativo nos casos de ilegalidade, defeito de forma, abuso de autoridade ou teratologia.

**21.** Jorge, ao se deslocar ao centro de João Pessoa em seu veículo automotor, não atentou para a placa de trânsito, estacionou seu carro em local proibido. Ao voltar das compras, foi abordado por um guarda municipal, que lhe entregou a multa, autuando-o da infração cometida. Conforme se extrai do texto acima, a multa aplicada a Jorge decorreu do:

- Ⓐ Poder de polícia.
- Ⓑ Poder moderador.
- Ⓒ Poder de auto tutela.
- Ⓓ Poder hierárquico.
- Ⓔ Poder regulamentar.

**22.** O Município de Capim-PB decidiu contratar duas bandas de forró, para servirem de atração, em comemoração à sua emancipação política. Diante desse fato, é correto afirmar que para a formalização de tais contratações, a licitação será:

- Ⓐ Dispensada.
- Ⓑ Inexigível.
- Ⓒ Dispensável.
- Ⓓ na modalidade de concorrência.
- Ⓔ na modalidade de convite.

**23.** Sobre a intervenção do Estado na propriedade, julgue as afirmativas abaixo.

- I - A limitação administrativa é uma modalidade de intervenção do Estado na propriedade que gera restrições de caráter geral e abstrato, que atingirão o caráter absoluto do direito de propriedade.
- II - Servidão administrativa é um direito real público, o qual autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir que haja a execução de obras ou de serviços que sejam de interesse público.
- III - É permitida a ocupação temporária, a qual será indenizada por ação própria. E essa ocupação poderá se dar com terreno não edificado que sejam vizinhos às obras e necessários à sua realização.
- IV - Requisição administrativa é um ato administrativo unilateral, o qual é autoexecutório, consistindo na utilização de bens e serviços particulares pela administração, por conta de perigo público iminente ou guerra, sendo posteriormente cabível indenização, se houver dano.

Assinale a alternativa que correspondente a análise correta das afirmações apresentadas.:

- Ⓐ Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- Ⓑ Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- Ⓒ Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- Ⓓ Todas as afirmativas estão corretas.
- Ⓔ Todas as afirmativas estão erradas.

**24.** Em relação ao IPTU, conforme disposição expressa do CTN, podemos afirmar que a sua base de cálculo é:

- Ⓐ O valor obtido pela multiplicação da área construída por dois.
- Ⓑ O valor obtido pela multiplicação da área total do terreno por dois.
- Ⓒ O valor venal do imóvel.
- Ⓓ O valor definido em decreto do executivo.
- Ⓔ O valor estabelecido pelo plano diretor.

**25.** Conforme se extrai do CTN, o contribuinte do IPTU é:

- Ⓐ O proprietário do imóvel, o titular do seu domínio seja ele útil ou não, ou o seu possuidor a título oneroso.
- Ⓑ O proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a título oneroso.
- Ⓒ O proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- Ⓓ O proprietário do imóvel, o titular do seu domínio seja ele útil ou não, ou o seu possuidor a qualquer título.
- Ⓔ Apenas o proprietário do imóvel.

**26.** Podemos afirmar sobre o crédito tributário o que se segue, exceto:

- Ⓐ O crédito tributário decorre da obrigação principal, porém tendo a natureza de obrigação acessória.
- Ⓑ As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- Ⓒ O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- Ⓓ Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- Ⓔ A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**27.** João de Barro, casado com Amapola, com quem tem dois filhos, abandona o lar, deixando de prover qualquer tipo de auxílio para sua família. Três anos após o ocorrido, sem que durante este prazo fosse oferecido qualquer tipo de auxílio à sua família por João de Barro, Amapola decide propor uma ação de usucapião, a fim de adquirir a propriedade do único imóvel do casal, que servia de sua moradia. Neste caso, é correto afirmar que Amapola:

- Ⓐ Cumpre os requisitos para a aquisição da propriedade pela denominada usucapião extraordinária.
- Ⓑ Cumpre os requisitos para a aquisição da propriedade pela denominada usucapião ordinária.
- Ⓒ Cumpre os requisitos para a aquisição da propriedade pela denominada usucapião tabular.

- Ⓓ Cumpre os requisitos para a aquisição da propriedade pela denominada usucapião especial urbana.
- Ⓔ Cumpre os requisitos para aquisição da propriedade pela denominada usucapião familiar.

**28.** Uma loja de materiais de construção localizada no Município Capim/PB, veiculou na rádio local uma publicidade na qual informava que nas compras a partir de R\$ 200,00 (duzentos reais), a entrega dos materiais dentro do município seria totalmente grátis, sem que fosse informada qualquer outra ressalva.

Adriles, ao tomar conhecimento do anúncio, dirigiu-se à loja e efetuou uma compra de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Após o pagamento, Adriles forneceu seu endereço, para que fosse entregue os materiais comprados, sendo então informado que teria que pagar o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para que a entrega fosse efetuada, por ser o endereço localizado na zona rural de Capim/PB.

Com base no relato acima, podemos afirmar que a publicidade praticada pela loja:

- Ⓐ É permitida, não configurando qualquer tipo de infração.
- Ⓑ É vedada, sendo considerada enganosa, nos termos do CDC.
- Ⓒ É permitida, pois tem o objetivo de atrair clientes, o que não se contrapõe às práticas aceitáveis de mercado.
- Ⓓ É vedada, sendo considerada abusiva, nos termos do CDC.
- Ⓔ É permitida, pois a cobrança para a entrega não excedeu o valor máximo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**29.** Assinale a alternativa correta em relação a contestação:

- Ⓐ Na contestação, incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta, salvo, quando a hipótese for de incompetência relativa, quando então deverá ser apresentada exceção de incompetência relativa.
- Ⓑ Se o réu não apresentar na contestação, antes mesmo de discutir o mérito, a alegação da existência de convenção de arbitragem, tal omissão não implicará na aceitação da jurisdição estatal e renúncia do juízo arbitral, tendo em vista que trata-se de matéria de ordem pública.
- Ⓒ Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, o ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao defensor público.
- Ⓓ Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima o juiz facultará ao autor, em 05 (cinco) dias, a possibilidade de proceder com a alteração na petição inicial para o fim de proceder com a substituição do réu.
- Ⓔ A revelia em decorrência da não apresentação de contestação não produzirá presunção de veracidade quando a petição inicial não estiver

acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

**30.** João ingressou com ação de indenização contra Maria. A ação foi julgada procedente. As partes não interpuseram recurso contra a sentença, razão pela qual, após o transcurso do prazo legal, foi certificado o trânsito em julgado. Após 01 (um) ano do trânsito em julgado, quando já havia se iniciado o cumprimento de sentença, Maria descobre que a sentença proferida pelo juiz violou manifestamente norma jurídica. Diante desse fato, é correto afirmar sobre a ação rescisória que:

- Ⓐ O direito de Maria à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a ação de indenização.
- Ⓑ Maria poderá propor ação rescisória, porém o cumprimento de sentença não poderá ser suspenso, tendo em vista que não cabe a concessão de tutela provisória nesse procedimento.
- Ⓒ Maria poderá propor ação rescisória, devendo depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por maioria simples de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- Ⓓ Maria não poderá propor a ação rescisória com fundamento na manifesta violação de norma jurídica, se a sentença tiver sido baseada em enunciado de súmula.
- Ⓔ Sendo considerada, por unanimidade, inadmissível ou improcedente a ação rescisória proposta por Maria, o tribunal determinará a reversão da importância do depósito em favor da Defensoria Pública do Estado.

**31.** Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Segundo entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, nos crimes contra a honra praticado em desfavor de funcionário público em razão de suas funções, a legitimidade para propositura da ação penal será exclusivamente do Ministério Público.
- Ⓑ Nos crimes motivadores de ação penal privada, a queixa poderá ser apresentada por procurador ao qual tenha sido concedido pela vítima os poderes da cláusula *ad judicia*, sendo suficiente que na procuração conste a qualificação do querelado.
- Ⓒ Pelo princípio da obrigatoriedade, nos crimes de ação penal pública o Ministério Público deve propor ação penal pública quando estiver diante de fato típico, ilícito e culpável, todavia, a transação penal se apresenta como instituto que mitiga a aplicação do citado princípio.
- Ⓓ Será admitida a ação penal privada nos crimes de ação pública, quando esta não for intentada no prazo legal. Nesta hipótese, a ação penal privada deverá ser apresentada no prazo de 06 (seis) meses a contar da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia, sendo declarada extinta a punibilidade do agente em razão da

decadência, quando a ação penal privada for intempestiva.

- Ⓔ De acordo com entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça, o crime lesão corporal praticado mediante violência doméstica contra a mulher é motivador de ação penal pública condicionada a representação.

**32.** A Constituição Federal estabelece no art. 5º, inc. XXXVIII, "d", que o Tribunal do Júri possui competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Assim, levando em consideração a competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ De acordo com entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, a competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual, dado o respeito a autonomia normativa dos estados no modelo federativo.
- Ⓑ No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum devido a incidência do instituto da conexão, deverá o magistrado determinar a separação dos processos.
- Ⓒ Segundo entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, a competência para o processo e julgamento de latrocínio é do Tribunal do Júri, uma vez que trata-se de crime complexo em que o objeto jurídico é o patrimônio e a vida.
- Ⓓ O militar do estado que praticar o crime de homicídio, sendo a vítima civil, não será processado e julgado perante o Tribunal do Júri.
- Ⓔ Não compete ao Tribunal do Júri o julgamento de civil que comete crime de homicídio doloso contra militar das Forças Armadas em serviço em lugar sujeito à administração militar.

**33.** Sobre as citações e intimações assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Segundo entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- Ⓑ Sendo o réu citado por edital, e, não comparecendo em juízo, nem tão pouco, constituir advogado, o magistrado deverá dar prosseguimento a tramitação da ação penal, posto que é dever do investigado/acusado informar ao juízo qualquer alteração de domicílio.
- Ⓒ O processo terá completada a sua formação quando realizada a intimação do acusado para tomar ciência do oferecimento da petição inicial.
- Ⓓ De acordo com entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, é absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de carta precatória para inquirição de testemunha, dada a violação do princípio da ampla defesa.
- Ⓔ A legislação processual penal não admite a citação por hora certa.

**34.** No dia 04 de outubro de 2020, João foi vítima do crime de lesão corporal grave, tendo sido Mário o autor do mencionado crime. Após a investigação, os elementos de informação foram remetidos para o Ministério Público, o qual ofereceu denúncia em desfavor de Mário pela prática do crime de lesão corporal grave. Mario não foi beneficiado com a proposta de suspensão condicional do processo, uma vez que não preenchia os requisitos legais estabelecidos no art. 89, da Lei nº. 9.099/1995. Durante a tramitação da ação penal, foi confirmado que Mario se encontrava no exercício do trabalho que lhe competia quando praticou o crime, fato inclusive declarado pelo réu no interrogatório. Ao final da instrução criminal, Mario veio a ser condenado pela prática do crime de lesão corporal grave, sendo-lhe aplicada a pena privativa de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusão. Não houve a fixação de valor mínimo para a reparação dos danos causados pelo crime, tendo em vista que as partes não provocaram o juízo processante neste sentido. As partes não interuseram recurso, razão pela qual, foi certificado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Levando em consideração as informações apresentadas, assinale a alternativa correta acerca da ação civil *ex delicto*:

- Ⓐ João não poderia ajuizar ação civil de reparação de danos antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, uma vez que inexistia previsão legal para o ajuizamento de ação civil de conhecimento objetivando o ressarcimento dos danos sofridos, quando existe ação penal em tramitação.
- Ⓑ A sentença penal condenatória transitada em julgado não torna certa a obrigação de Mario indenizar João em virtude do dano causado pelo crime.
- Ⓒ Se o magistrado tivesse reconhecido que Mario agiu amparado pela causa excludente de ilicitude do estado de necessidade defensivo, a sentença penal absolutória não faria coisa julgada na esfera cível.
- Ⓓ A declaração por sentença da prescrição da pretensão executória impossibilita o ajuizamento da ação civil *ex delicto* que tem a sentença penal condenatória irrecorrível como título executivo.
- Ⓔ O empregador (responsável civil) de Mário não possui legitimidade passiva para a execução *ex delicto*.

**35.** João, pessoa imputável, decidiu ir a um show de música clássica. Os responsáveis pela organização do evento musical anunciaram que apenas seria admitida a entrada de pessoas maiores de 18 anos. No dia do espetáculo, no interior do local da apresentação musical, João conheceu Maria, pessoa que pela compleição física aparentava ter mais de 18 (dezoito) anos. Por um longo período João e Maria conversavam, oportunidade em que ambos ingeriram bebida alcoólica, a qual foi adquirida por Maria junto ao

"serviço de bar". Após o término do show, João e Maria se deslocaram até o imóvel residencial do primeiro. Lá chegando, João e Maria mantiveram, consensualmente, conjunção carnal. Porém, após a prática do ato sexual, Maria informou a João que possuía 13 (treze) anos de idade, tendo, inclusive, mostrado documento hábil comprovando sua idade. Maria tentou tranquilizar João informando que já possuía vida sexual ativa. Diante dos fatos apresentados, é correto afirmar que:

- Ⓐ João praticou o crime de estupro de vulnerável, uma vez que Maria é menor de 14 (quatorze) anos.
- Ⓑ João não praticou o crime de estupro de vulnerável, dada a incidência do instituto do erro sobre a pessoa.
- Ⓒ João praticou o crime de violação sexual mediante fraude, tendo em vista que Maria tinha a capacidade reduzida.
- Ⓓ João não praticou o crime de estupro de vulnerável, em virtude do erro sobre elemento constitutivo do crime.
- Ⓔ A experiência sexual anterior de Maria, a teor do entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça, impede a responsabilização penal de João pelo crime de estupro de vulnerável.

**36.** Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ No peculato culposo, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, permitirá a redução da pena de um a dois terços, em virtude do arrependimento posterior.
- Ⓑ Pratica o crime de prevaricação o agente que deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- Ⓒ De acordo com o Código Penal, considera-se funcionário público todo aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente, sendo, porém, obrigatório o recebimento de remuneração para o enquadramento do agente como funcionário público.
- Ⓓ Para a configuração do crime de concussão, é imprescindível que o sujeito ativo esteja no exercício de função pública, sendo vedado o reconhecimento de tal crime quando o sujeito ativo se encontra fora da função.
- Ⓔ Pratica o crime de condescendência criminosa, o funcionário público que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

**37.** O art. 107, inc. IV, do Código Penal, estabelece que a prescrição é causa de extinção da punibilidade. Uma vez declarada a prescrição, o Estado estará impossibilitado de exercer o *jus puniendi*. Assim, assinale a alternativa incorreta acerca da prescrição:

- Ⓐ A prescrição da pena de multa ocorrerá no prazo de 02 (dois) anos, quando a multa for a única pena cominada ou aplicada.
- Ⓑ O prazo prescricional será reduzido de metade quando o autor do crime for maior de 60 (sessenta) anos na data da sentença.
- Ⓒ Nos crimes permanentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em cessou a permanência.
- Ⓓ O curso da prescrição é interrompido pela decisão confirmatória da pronúncia.
- Ⓔ No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

**38.** Antônio, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pela prática do crime de homicídio qualificado na sua forma tentada. A ação penal se desenvolveu em severa obediência aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Além disto, todas as regras de procedimento foram observadas pelo juízo processante. Ao final da tramitação da ação penal, foi prolatada sentença penal condenatória, sendo aplicada em desfavor de Antônio a pena privativa de liberdade de 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado. Considerando os fatos apresentados, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Levando em consideração entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível que Antônio seja beneficiado com a progressão *per saltum* de regime prisional.
- Ⓑ Segundo entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal, para que Antônio obtenha a progressão de regime, será obrigatória a realização do exame criminológico, o qual prescinde de fundamentação para sua realização.
- Ⓒ No regime fechado o trabalho externo é admissível, bem como, a frequência, fora do estabelecimento prisional, a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- Ⓓ Enquanto Antônio estiver cumprindo a pena privativa de liberdade em regime fechado, ficará sujeito a isolamento no período diurno e durante o repouso noturno.
- Ⓔ Ainda que a pena aplicada em desfavor de Antônio autorizasse a aplicação de regime mais brando (semiaberto ou aberto), o magistrado obrigatoriamente deveria estabelecer o regime inicial como sendo o fechado, por ser o crime de homicídio qualificado, consumado ou tentado, classificado como crime hediondo.

**39.** A respeito da jurisdição e da ação, assinale a alternativa incorreta:

- Ⓐ Na jurisdição voluntária não existe lide, portanto não há processo, mas procedimento.
- Ⓑ Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, entretanto, o interesse do autor não

pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.

- Ⓒ O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em razão de ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- Ⓓ No caso de substituição processual, o substituído tem o direito de intervir como assistente litisconsorcial.
- Ⓔ Admite-se ação meramente declaratória caso tenha ocorrido a violação do direito.

**40.** Com relação aos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Proferido despacho, poderá a parte interpor agravo de instrumento.
- Ⓑ Tem legitimidade para recorrer a parte vencida, o terceiro prejudicado e o Ministério Público, apenas como parte.
- Ⓒ O recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, desde que tenha a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- Ⓓ Quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário, admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- Ⓔ No ato de interposição do recurso, o recorrente deverá comprovar, desde que exigido pela legislação pertinente, o preparo, inclusive porte de remessa e de retorno no processo de autos físicos ou eletrônicos, sob pena de deserção.